



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Fauna Silvestre

Ata de Reunião

1. Organização			
Número:	02001.000122/2016-97		
Data:	03/05/2016	Local:	COFAU
Hora Início:	14:30	Hora Fim:	17:30
Organizador:	Iria de Souza Pinto		
Organizador:	Graziele Oliveira Batista		
Organizador:	Ivan Teixeira		

2. Participantes					
Nome	Instituição / Área	Pres	Endereço Eletrônico	Telefone	Rubrica
Daniel Terra	Associação Goiana de Caça e Conservação	Sim	presidente@agcc.org.br	(0xx62)9917-7653	
Gilberto Martins de Lima	Confederação de Tiro e Caça do Brasil CTCB	Sim	presidente@ctcb.org.br, glima.sol@ig.com.br	(0xx61)3036-4901	
Carlos Rubem Scheiner	Federação Gaúcha de Caça e Tiro FGCT	Sim	fgct@fgct.com.br, presidencia@fgct.com.br, carlos.rs@brturbo.com	(0xx51)9987-3922	
Frederico Dutra	Associação Goiana de Caça e Conservação AGCC	Sim	juridico@agcc.org.br	(0xx61)8114-8797	
Alvaro Mouawad	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul FARSUL	Sim	sbcf@terra.com.br	(0xx51)9981-7196	
Carlos Eduardo Luzardo	Coordenação de Geração de Conhecimento dos Recursos Faunísticos e Pesqueiros COCFP	Sim	carlos.luzardo@ibama.gov.br	(0xx61)3316-1597	
Ugo Eichler Vercillo	MMA/SBF	Sim	ugo.vercillo@mma.gov.br	(0xx61)2028-2152	
Joao Pessoa Riograndense Moreira Junior	IBAMA/CGFAP	Sim	Joao.Moreira-junior@ibama.gov.br	(0xx61)3316-1481	
Iria de Souza Pinto	IBAMA/COFAU	Sim	Iria.Pinto@ibama.gov.br	(0xx61)3316-1270	
Graziele Oliveira Batista	IBAMA/COFAU	Sim	Graziele.Batista@ibama.gov.br	(0xx61)3316-1165	
Ivan Teixeira	IBAMA/COFAU	Sim	Ivan.Teixeira@ibama.gov.br	(0xx61)3316-1297	



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Fauna Silvestre

Roberto Cabral Borges	IBAMA/COFIS	Não	Roberto.Borges@ibama.gov.br	(0xx61)3316-1226	
Tainah Seabra	ICMBIO/CGPEQ	Sim	Tainah.Guimaraes@icmbio.gov.br	(0xx61)2028-9384	
Marília Marques Guimaraes Marini	MMA/SBF	Sim	marilia.marini@mma.gov.br	(0xx61)2028-2552	

3. Assunto

Manejo da espécie exótica invasora javali com finalidade de controle populacional.

4. Referencia

/

5. Pauta

Esclarecer questões referentes ao manejo e discutir propostas de alteração de procedimentos de manejo

6. Texto da Ata

IBAMA/CGFAP: abre a reunião afirmando que a intenção do Ibama e do MMA é lançar Planos Nacionais de Controle (PNC), a começar pelo coral-sol, javali e mexilhão-dourado. O atual coordenador-geral esteve como superintendente do Ibama no Rio Grande do Sul, por cinco anos, onde acompanhou os trabalhos daquela superintendência com o javali e representou o órgão no Grupo de Trabalho da Assembleia Legislativa do estado formada para discutir medidas a serem tomadas no controle da espécie exótica invasora. Quando assumiu a Coordenação Geral, em outubro de 2015, já havia em curso todo um trabalho sobre a Instrução Normativa Ibama 03/2013. Atualmente dá-se total prioridade ao assunto. Como desafio, cita o aprimoramento da burocracia envolvida no processo autorizativo da IN 03/2013. Todas as contribuições trazidas pelos presentes na reunião serão analisadas. Afirmou que depois haverá reunião com outros setores, seminário, oficina durante o processo de elaboração do PNC, e que se está dando toda a transparência durante as discussões. Para as reuniões, a intenção é chamar caçadores, ONGs protetoras de animais, federações de agricultura, pesquisadores, órgãos ambientais, órgãos de agricultura, ministério público, exército e Embrapa. A articulação com o MAPA é fundamental, pois demandas como transporte de carcaças não são atribuição do Ibama.

Em seguida, foi realizada a apresentação dos presentes à reunião.

AGCC: afirmou que estiveram reunidos com o governador de Goiás, disse que o governador não teria a real dimensão dos problemas acarretados pelos javalis à



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Fauna Silvestre

agricultura. Considera importantes os dados e apoio de pesquisa. Diz que caçadores são aliados, pessoas de bem, fazendo atividade voluntária, mas ainda são maltratados. Querem que os caçadores façam a atividade corretamente, uma vez que, hodiernamente, quem caça são pessoas que têm medo do Ibama e de documentos. Acredita que o possível vínculo com o Ibama é o canal para trazê-los para a legalidade. Querem que o recebimento dos relatórios seja centralizado na associação de caça para posterior envio ao Ibama.

MMA/DCBIO: MMA adotou a posição de retomar a agenda de espécies exóticas invasoras (EEI) e está realizando um programa de EEI. O ministério informou que este ano implementará três PNCs: coral-sol, mexilhão-dourado e javali. Relatou que esteve em Las Vegas, nos EUA, na reunião do Safari Club International (SCI) acompanhando as discussões sobre manejo de fauna. É desejo do MMA realizar o trabalho de forma integrada com os demais atores envolvidos. Espera trabalhar com as associações que atuem conjuntamente e em pleno respeito à legislação. Lembrou que a Audiência convocada para a discussão dos danos causados pelo javali - tais como o prejuízo às espécies nativas - realizada no senado federal, mostrou que todos têm interesse no controle do javali.

AGCC: afirma que caçador e cão não surgiram do nada. Eram pessoas que caçavam cateto e queixadas no passado, mas que hoje há caçadores que caçam somente javalis. Fala do ressurgimento de populações de catetos e queixadas em regiões onde antes estiveram ausentes, relacionado tal fenômeno com o direcionamento da caça para o javali.

IBAMA/CGFAP: fala sobre as pressões do MPF e ONGs sobre Ibama por causa de denúncias de maus tratos, e de caçadores que publicam situações de maus tratos durante a caça nas redes sociais (Facebook e Youtube). Afirma que a maior parte da sociedade brasileira atualmente é urbana, com pouco esclarecimento sobre o problema, mas com bastante influência nas decisões políticas. A questão do javali é importante, deve ser parte de política de Estado. Também menciona a importância de se controlar as espécies exóticas invasoras em razão das metas de Aichi, que dá prazo até 2020 para que os países signatários da CDB estejam controlando as EEI.

FGCT: fala em dificuldades no preenchimento dos relatórios e da ideia de troca de lacres por relatórios, onde quem abate javalis só receberia novos lacres para transporte de carcaças caso entregue o relatório. Quanto aos relatórios, destaca entre os problemas



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Fauna Silvestre

enfrentados o deslocamento por longas distâncias por pessoas que moram longe dos municípios onde estão localizadas unidades do Ibama para fins de entrega de relatório e documentação, além do fato de haver pessoas sem acesso à internet. Falou sobre a regulamentação do DFPC do Exército Brasileiro referente à emissão das guias de tráfego de armas. O Exército alterou sua Instrução Técnico Administrativa e desvinculou o prazo de validade da GT ao CTF, estabelecendo o prazo de validade de três anos ou equivalente ao prazo do CR. Ainda assim, há SFPCs onde a região militar concede CR de apenas três meses, ora alegando seguir o prazo de validade do certificado de regularidade do Cadastro Técnico federal do Ibama, ora alegando seguirem determinação do DFPC. O DFPC alterou a norma mas não tem controle sobre os SFPCs nas regiões, no máximo faz recomendações.

IBAMA/COFAU: explica brevemente sobre o funcionamento do CTF em relação ao controle do javali e que não é possível alterar o tempo do certificado de regularidade no CTF.

MMA/DCBIO: explica que o certificado de regularidade do CTF é um nada-consta.

Farsul: Acha que o relatório é muito complexo. Relatam que nas Regiões Militares há várias pessoas que dizem que quem caça é rico, mas existem vários seguimentos sociais distintos.

IBAMA/COFAU: O exército provavelmente tem essa visão pois antes da norma do javali, os únicos caçadores no Brasil que caçavam de forma legal eram pessoas com maior poder aquisitivo, pois tinham possibilidade de viajar para o exterior para caçar.

IBAMA/CGFAP: O controle não pode depender somente de caçadores, são necessárias estratégias adicionais. É preciso incluir os agricultores. Sugere participação da EMATER, SENAR.

Federação Gaúcha de Caça e Tiro do RS e Farsul: concordam. Sugere a criação de “patrulha de caçadores” credenciadas junto à Federação de Caça, para atuar no desbaste



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Fauna Silvestre

populacional em pequenas propriedades atacadas, auxiliando os proprietários rurais. Propõe, no RS, o desenho dessa proposta entre a Federação de Caça e a Farsul.

AGCC: Propõe a formação de conselhos regionalizados, com participação do poder público e de órgãos ambientais. Fala da necessidade de capilaridade para a informação chegar a todos os cidadãos. Grupos locais de caçadores que estão ligados a associações pode oferecer um melhor retorno da informação ao Ibama. A associação busca oferecer instrução aos caçadores sobre o modo correto de se realizar a caça.

IBAMA/CGFAP: fala que o MAPA precisa assumir um papel mais forte, pois muitas das demandas (p. ex., transporte de carcaças) referem-se às atribuições do MAPA. Portaria sobre transporte de carcaças ainda não saiu.

MMA/DCBIO: a área ambiental tem se esforçado para não ser vista como problema.

FGCT: faz referência à questão dos maus-tratos, lembra que o Exército Brasileiro, por meio da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), estabeleceu em Instrução Técnico-administrativa (ITA) calibre mínimo adequado para armas com finalidade de abate de javalis. Informou que a Secretaria de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul (SEMA/RS) está elaborando portaria sobre abate de javalis criados de modo ilegal.

AGCC: diz que para o agricultor, o javali é um porco. Não tem informação, não conhece bem as implicações de se capturar um filhote de javali e que se criá-lo com seus porcos pode aumentar as populações de javalis e javaporcos que causam prejuízos agrícolas. Diz que a maior batalha é a falta de informação.

IBAMA/COFAU: Aponta problemas de gestão, desconhecimento da distribuição da espécie e da eficiência de seus trabalhos. Diz que o relatório foi criado e pensado de forma científica. É necessário diferenciar o confronto com agricultores e caçadores, além de estabelecer áreas prioritárias.



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Fauna Silvestre

AGCC propõe, através termo de cooperação e parceria com IBAMA, assumir a gestão e o controle do protocolo das Declarações de Manejo e Relatórios de Abate, se comprometendo à repassar ao referido órgão as informações consolidadas.

FGCT: fala dos blocos usados por caçadores para preencher informações sobre abate. Só conseguiria pegar mais bloco após entrega dos preenchidos à Federação de Caça e sociedade rural, que então entregaria ao Ibama. Mas é necessário resolver a questão do transporte das carcaças antes.

IBAMA/CGFAP: O MAPA deve publicar portaria sobre transporte de carcaça. Federações devem acionar o MAPA.

MMA/DCBIO: cita modelo para pesca no Japão, onde o pecador que comete algo errado é punido pela associação, levando à suspensão de todos os membros. Segundo isso, tal atitude cria compromisso entre todos e gera um mecanismo de autopolicimento.

AGCC: responde que no Brasil isso levaria os membros a irem caçar ilegalmente, por conflitar com as condições culturais atuais. Afirmam que na AGCC, é preciso comungar dos valores da AGCC. Caso faça alguma coisa errada, está fora e comunicam as infrações ao Exército, Ibama e autoridades competentes para as devidas providências.

FGCT: fala em realizar associação com o SEBRAE para formar um curso de caçador.

IBAMA/COFAU: sugere que caçador associado, treinado, poderia ter tramitação mais tranquila no processo autorizativo, com a cobrança de relatório anual, e não semestrais. O Ibama deve comunicar as associações em caso de infrações, e estas devem ter um posicionamento quanto às infrações.

MMA/DCBIO: afirma que temos avançado bastante. Diz ser necessário discutir ajustes finos da IN. Outro ponto é o PNC, onde se deve pensar as estratégias e questões operacionais para diferentes atores e regiões. Deve-se pensar em erradicação ou, pelo



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Fauna Silvestre

menos, diminuir as populações de javalis em áreas de unidades de conservação. O MAPA também deve pensar em estratégias no tange sanidade e minimização em áreas produtivas.

FGCT: perguntou sobre a presença do MAPA na reunião.

CGFAP: disse que o MAPA participa das reuniões do Comitê e que estaria presente em outra reunião.

FGCT: disse que possuem trabalhos mostrando os danos ambientais no Rio Grande do Sul em nascentes, solos, predação de ovos de vários animais. Informa que javalis, que antes não comiam soja, agora estão comendo.

IBAMA/CGFAP: solicita que a Farsul e a Federação de Caça mandem sugestões de melhorias do processo, e que nos apoiem na relação com as Federações de Agricultura, para que elas pressionem o MAPA, pois os danos causados pelo javali são, na opinião do Coordenador-Geral, "20% ambiental e 80% agrícola".

AGCC: informa que a Agrodefesa de Goiás manifestou preocupação com o risco à sanidade suína representado pela invasão dos javalis em vida livre. Questiona se o governo de Goiás poderia assumir a gestão do javali em âmbito estadual.

IBAMA/CGFAP: responde que sim, desde que seguida a norma federal. A responsabilidade de atuar é federal e estadual. É preciso que nos estados se trabalhe não somente com os órgãos de agricultura, como com os órgãos de meio ambiente.

AGCC: Sugere a estadualização da questão do javali através de parceria do Ibama com o Governo do Estado de Goiás, criando um conselho técnico específico para essa finalidade envolvendo a Agrodefesa, a Secretaria de meio Ambiente, a AGCC, os Institutos de Pesquisa (UFG, IEG, IF e PUC) e as entidades representativas do agronegócio (FAEG e SGPA).



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Fauna Silvestre

IBAMA/COCFP: pergunta se os caçadores veem a página do javali no portal do Ibama e o que poderia ser aprimorado. Outra questão levantada é de ser mais fácil de se obter informações sobre os danos agrícolas que sobre os danos ambientais. Os meios de comunicação abordam os danos agrícolas, passando à sociedade a impressão de que o controle é feito somente se levando em conta os interesses econômicos de proprietários de terras. São necessárias imagens de danos em biodiversidade - antes e depois.

FGCT: informa que existe uma página no Facebook apenas sobre danos causados por javalis.

AGCC: Informa que a Associação dispõe de acervo de fotos e vídeos sobre danos ambientais causados por javalis, que poderiam ser repassados ao Ibama. Informa que no portal da Associação haverá fórum com seção sobre danos ambientais.

FGCT: críticos ao Salerno. Afirmam que é uma pessoa que surgiu agora e que “corre por fora”. Promove caça ao javali mediante pagamento. Quer abolir regras porque tem interesse em auferir lucros com promoção de safari de javalis.

FGCT e AGCC: em relação ao uso de cães na caça ao javali, afirma que para atingir maior produtividade na caça, isto é o objetivo é o abate de grande número de animais, cães são necessários para se pegar as varas de porcos. Segundo informado, em uma caça desse tipo seria possível abater quase uma dezena de javalis. Diz ser necessária uma matilha de, no mínimo, 8 cães. Consideram que o cão de agarre é importante para se capturar o porco cujo fenótipo é mais próximo ao do javali europeu. Em contraste, o híbrido com o porco caipira é de captura mais fácil, não necessitando de cães de agarre apenas farejador.

AGCC: informa que na Flórida, se um animal exótico é capturado em vida livre, deve ser eliminado.

Farsul: no Brasil não há cultura de caça ao javali. A atividade amadora começou em 2005 no Brasil. Tradicionalmente, no Brasil, os cães criados para caça (foxhound, bloodhound,



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
Coordenação de Fauna Silvestre

veadeiro) não são para caça ao javali. Raça nova foi criada na Argentina (Dogo argentino) para agarre.

FGCT: sugere a normatização do uso de cães, e ressalta que o desaparecimento ou má performance do animal pode ser por questão de treinamento. Avalia a diferença entre pessoas de cunho ambientalista e animalista. É necessário avaliar o ecossistema como um todo.

7. Pendências e encaminhamentos	Data Limite	Responsável
Federações e Associações de Caça devem enviar contribuições para os procedimentos.	20/05/2016	FGCT, AGCC, CTCB